

ADENDA
ao Regulamento Interno
do CFAE Terras de Montado

-

Regulamento da Bolsa de Avaliadores Externos





Índice

DO CFAE TERRAS DE MONTADO	2
REGULAMENTO DA BOLSA DE AVALIADORES EXTERNOS	2
<i>PREÂMBULO</i>	2
1. Objeto	3
2. Finalidades e Objetivos	3
3. Constituição	3
4. Competências dos Intervenientes	3
4.1. Coordenação e gestão da BAE	3
4.2. Distribuição dos avaliadores e parecer em casos de impedimento e de escusa	4
4.3. Recenseamento e seleção	4
4.4. Observação de aulas e aplicação dos documentos de avaliação	4
5. Seleção dos Avaliadores Externos.....	5
6. Pedido de escusa.....	5
7. Atualização da Bolsa de Avaliadores Externos.....	5
8. Distribuição dos Avaliadores Externos.....	6
9. Calendarização	7
10. Comunicações e impedimentos.....	7
11. Observação de aulas	8
12. Procedimento administrativo da observação de aulas.....	8
13. Deslocações e trabalho extraordinário dos avaliadores externos.....	9
14. Apoio aos avaliadores	9
15. Monitorização	9
Disposições transitórias para 2012-2013.....	9
<i>DISPOSIÇÕES FINAIS</i>	10



ADENDA AO REGULAMENTO INTERNO
DO CFAE TERRAS DE MONTADO
REGULAMENTO DA BOLSA DE AVALIADORES EXTERNOS

Nos termos do Despacho Normativo n.º 24/2012

PREÂMBULO

O novo modelo de avaliação dos professores prevê, no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário - Decreto- Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, a existência de uma bolsa de avaliadores, consagrada no novo regime jurídico de avaliação do desempenho do pessoal docente, que veio a ser desenvolvido pelo Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro.

O artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, estabelece a criação desta bolsa de avaliadores externos à escola, uma das novidades do novo modelo de avaliação de professores, regulamentada em diploma próprio.

O Despacho Normativo n.º 24/2012, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 208, de 26 de Outubro, criou o dispositivo funcional para a BAE que aproveita as estruturas existentes nos Centros de Formação de Associações de Escolas e o seu âmbito de abrangência geográfica, propícias a uma planificação e gestão descentralizada, com reflexos no trabalho a desenvolver por todos os intervenientes no procedimento de avaliação externa.

Decreta-se que em cada Centro de Formação de Associações de Escolas, seja instituída uma BAE composta por docentes de carreira de todos os grupos de recrutamento das escolas associadas e cuja gestão compete à respetivo diretor.

O Despacho n.º 13981/2012, Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 26 de outubro de 2012 estabelece os parâmetros nacionais de avaliação externa, bem como os modelos de referência para os instrumentos de registo a utilizar na observação de aulas a efetuar pelos avaliadores externos no processo de avaliação de desempenho docente.

O Despacho Normativo n.º 24/2012, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 208, de 26 de outubro, criou o dispositivo funcional para a BAE, que o presente regulamento operacionaliza.

1. Objeto

A Bolsa de Avaliadores Externos, adiante designada abreviadamente por BAE, integra os docentes responsáveis pela componente da avaliação externa na dimensão científica e pedagógica do processo de Avaliação de Desempenho Docente dos professores dos Agrupamentos de Escolas Associados ao Centro de Formação de Associação de Escolas Terras de Montado, adiante designado abreviadamente por CFAE.

2. Finalidades e Objetivos

A criação da Bolsa de Avaliadores Externos, constituída de acordo com o artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, tem como finalidade a implementação do novo regime jurídico de avaliação do desempenho do pessoal docente consagrado pelo Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro (Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário), que é regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, confere à avaliação externa a dimensão científica e pedagógica através da observação de aulas obrigatória para as situações previstas no seu artigo 18.º.

3. Constituição

Em conformidade com o art.º 2.º do Despacho normativo n.º 24/2012, a Bolsa de Avaliadores Externos do CFAE Terras de Montado é composto por docentes de todos os grupos de recrutamento que reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Estar integrado no 4.º escalão ou superior da carreira docente;
- b) Ser titular do grau de doutor ou mestre em avaliação do desempenho docente ou supervisão pedagógica ou deter formação especializada naquelas áreas ou possuir experiência profissional no exercício de funções de supervisão pedagógica que integrem observação de aulas.

4. Competências dos Intervenientes

Conforme definido nos Artigos 3.º, 4.º e 5.º do mesmo Despacho, os intervenientes neste processo [Ao diretor e a Comissão Pedagógica do CFAE, os Diretores dos Agrupamentos de Escolas Associadas e os Avaliadores Externos], no âmbito das suas competências, exercem as seguintes funções:

4.1. Coordenação e gestão da BAE

Compete **ao diretor do CFAE**:

- a) Desenvolver os procedimentos necessários à constituição e atualização da BAE;

- b) Calendarizar os procedimentos de avaliação externa previstos com respeito pelos prazos definidos, com divulgação aos intervenientes do respetivo CFAE (Modelo ADD3);
- c) Afetar o avaliador externo a cada avaliado;
- d) Apoiar os avaliadores e monitorizar a implementação do processo de avaliação externa do desempenho docente.

4.2. Distribuição dos avaliadores e parecer em casos de impedimento e de escusa

Compete à **Comissão Pedagógica do CFAE**:

- a) Aprovar, até ao final do 3.º período do ano escolar anterior àquele em que vai decorrer a avaliação externa, uma proposta de distribuição dos avaliadores a afetar a cada avaliado, elaborada e apresentada pelo Coordenador da BAE;
- b) Ser ouvida pelo Coordenador da BAE sobre incidentes relativos a situações de impedimento ou pedidos de escusa apresentados por avaliadores e avaliados.

4.3. Recenseamento e seleção

Compete aos **Diretores dos Agrupamentos de Escolas Associadas**:

- a) Proceder ao recenseamento dos docentes que, em conformidade com o que está estabelecido no artigo 2.º, do n.º 2 do mesmo despacho, reúnam os requisitos necessários após o preenchimento de um formulário concebido para o efeito (Modelo ADD 1 - Ficha de Avaliador Externo);
- b) Validar os elementos constantes do formulário de acordo com os documentos constantes do processo individual do docente;
- c) Proceder à elaboração de uma lista dos candidatos por grupo de recrutamento e escalão da carreira docente (Modelo ADD 2);
- d) Remeter os formulários, devidamente validados, e as listas de avaliadores ao diretor do CFAE.

4.4. Observação de aulas e aplicação dos documentos de avaliação

Ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 26/2012 e do Despacho Normativo n.º 24/2012, compete aos **Avaliadores Externos**:

- a) Proceder à observação de aulas dos docentes em período probatório, docentes integrados no 2.º e no 4.º escalão da carreira docente, docentes que requereram a atribuição da menção de Excelente, em qualquer escalão e de docentes integrados na carreira que obtiveram a menção de Insuficiente;

- b) Aplicar instrumentos de registo requeridos para a avaliação externa da dimensão científica e pedagógica, tendo por referência os parâmetros nacionais;
- c) Proceder à avaliação das aulas observadas;
- d) Emitir parecer sobre o relatório de autoavaliação do docente relativamente às aulas observadas;
- e) Articular com o avaliador interno o resultado final da avaliação da dimensão científica e pedagógica dos docentes sujeitos à avaliação externa.

5. Seleção dos Avaliadores Externos

Depois de proceder ao recenseamento de docentes de todos os grupos de recrutamento, que estejam integrados no 4.º escalão ou superior da carreira docente, e simultaneamente, sejam titulares do grau de doutor ou mestre em avaliação do desempenho docente ou supervisão pedagógica ou deter formação especializada naquelas áreas ou possuir experiência profissional no exercício de funções de supervisão pedagógica que integrem observação de aulas, o Diretor do Agrupamento de Escolas ou Agrupamento, procede à seleção dos docentes que reúnam os requisitos supra mencionados após o preenchimento da Ficha de Avaliador Externo. Este formulário é de preenchimento obrigatório e os elementos neles constantes devem ser validados pela escola.

Após a validação de todos os formulários, a Escola procede à elaboração de uma lista dos candidatos por grupo de recrutamento e escalão da carreira docente. Os formulários, devidamente validados e as listas de avaliadores (Modelo ADD2) são remetidos pela Escola ao diretor do CFAE, a fim de constituir e gerir a BAE.

6. Pedido de escusa

No ponto 4, do art.º 5.º, do Despacho Normativo n.º 24/2012, é salvaguardado a todos os docentes que, por qualquer razão, não esteja interessado em desempenhar as funções de avaliador externo da dimensão científica e pedagógica no âmbito da avaliação do desempenho docente, o direito ao pedido de escusa da função através de pedido fundamentado ao Diretor-Geral da Administração Escolar.

7. Atualização da Bolsa de Avaliadores Externos

Em conformidade com o ponto 1, do art.º 6.º, do Despacho Normativo n.º 24/2012, até ao dia 30 de Outubro de cada ano escolar, os presidentes do conselho administrativo das escolas associadas ao CFAE enviam ao diretor do CFAE:

- a) Uma cópia atualizada dos horários escolares dos docentes que integram a BAE;

b) Uma lista atualizada de avaliadores externos (Modelo ADD2) com os docentes que, em consequência de mobilidade, de progressão na carreira ou de formação e experiência profissional entretanto adquirida, passem a reunir as condições para a integrar ou tenham que a abandonar.

Após a receção das listagens para efeitos de atualização da BAE, no início de Novembro, é a altura ideal para realização de uma reunião da Comissão Pedagógica, para fazer uma análise crítica e um balanço da atividade desenvolvida por cada avaliador externo no ano anterior, de modo a fazer uma avaliação que nos permita tomar uma posição relativamente à sua atividade futura.

8. Distribuição dos Avaliadores Externos

O coordenador da BAE, para dar cumprimento ao que está definido no art.º 7.º, do Despacho Normativo n.º 24/2012, depois de constituída a BAE, na atribuição do avaliador externo ao docente em avaliação na dimensão científica e pedagógica, deve obedecer aos seguintes critérios:

- a) Pertencer ao mesmo grupo de recrutamento;
- b) Estar integrado em escalão da carreira igual ou superior;
- c) Não exercer funções na mesma escola ou agrupamento de escolas;
- d) Atender à minimização das distâncias a percorrer;
- e) Casos excecionais serão analisados em sede da Comissão Pedagógica.

Até ao final do 3.º período do ano escolar anterior àquele em que decorrer a avaliação externa, o Coordenador da BAE elabora uma proposta de distribuição dos avaliadores a afetar aos avaliados que será aprovada pela Comissão Pedagógica. A atribuição, no mesmo ano escolar, de mais de 10 docentes a um avaliador externo requer autorização expressa do serviço competente do Ministério da Educação e Ciência. Não existindo na BAE docentes que satisfaçam os requisitos necessários, deve o Coordenador solicitar aos Centros de Formação de Associação de Escolas mais próximos a indicação de um avaliador. Esta medida requer a concordância, por escrito, do avaliador designado. A distribuição dos avaliadores externos pelos avaliados é realizada, em reunião da Comissão Pedagógica, por sorteio, do modo seguinte:

- a) Por questões de uniformização de critérios, igualdade de procedimentos e rentabilização de recursos com minimização de custos, a cada Grupo de recrutamento, por escola, será afeto um avaliador externo ao qual será atribuído um número (AE_YYY_000, em que YYY é o número do respetivo grupo de recrutamento e 000 o número que lhe foi atribuído como avaliador externo);

- b) A cada avaliado será igualmente atribuído um número (A_YYY_00000, em que YYY é o número do respetivo grupo de recrutamento e 000 o número que lhe foi atribuído como avaliado);
- c) Proceder-se-á então, para cada grupo de recrutamento, ao sorteio do avaliador para cada avaliado. O sorteio será repetido, sendo retirado outro número de avaliador, sempre que:
- (i) Existir incompatibilidade de horário entre avaliador e avaliado;
 - (ii) Avaliador e avaliado pertencerem ao mesmo Agrupamento;
 - (iii) A distância entre as escolas onde exercem funções não permitir o cumprimento do critério de minimização das distâncias a percorrer.
- e) Um avaliador a quem tenha sido atribuído um avaliado só volta a integrar o sorteio quando todos os outros avaliadores tiverem um avaliado atribuído;
- f) Quando se esgotarem os avaliadores serão todos recolocados a sorteio, repetindo-se o processo até que todos os avaliados tenham um avaliador atribuído;
- f) Sempre que um avaliador atinja 10 avaliados é retirado do sorteio.

9. Calendarização

Depois de conhecidos os horários dos avaliadores, o Coordenador da BAE elabora, até ao dia 30 de outubro, o plano de calendarização da observação de aulas prevista nos n.ºs 4 e 5 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, do qual é dado conhecimento, pelos meios mais expeditos ao avaliador, ao avaliado e ao diretor da escola. Para efeitos dessa observação de aulas, ao avaliador externo apenas é permitido faltar a atividades letivas no quadro da alínea f) do n.º 5 do artigo 13.º do Despacho Normativo n.º 13-A/2012, de 5 de junho, garantida que esteja a respetiva permuta, substituição por docente ou docente coadjuvante. Na calendarização da observação de aulas serão tidos em atenção critérios de razoabilidade nomeadamente:

- a) Evitando as duas primeiras e as duas últimas semanas de cada período letivo;
- b) Promovendo a articulação prévia entre avaliador e avaliado para a escolha do momento ou momentos mais convenientes para a realização da observação.

10. Comunicações e impedimentos

Em conformidade com o que está definido no art.º 8.º, do Despacho Normativo n.º 24/2012, avaliador e avaliado podem declarar situação de impedimento ou formular pedido de escusa perante o Coordenador da BAE, de acordo com o disposto nos artigos 44.º e 48.º do Código do Procedimento Administrativo.



Por deliberação da Comissão Pedagógica, a Declaração de Impedimento ou o Pedido de Escusa terá, obrigatoriamente, que ser devidamente fundamentado.

A decisão sobre essas situações compete, depois de ouvida a Comissão Pedagógica, à Coordenadora da BAE. Posteriormente, declarado o impedimento ou escusa do avaliador selecionado, procede-se à sua substituição, mediante novo processo de seleção. A declaração de impedimento ou o pedido de escusa, a apresentar no prazo máximo de 3 dias após a tomada de conhecimento do avaliador ou avaliado que lhe foi atribuído, formalizam-se utilizando modelos próprios (Modelo ADD5 e Modelo ADD6), disponíveis no sítio da Internet do CFAE que, depois de preenchido e assinado, deverá ser remetido para o CFAE Terras de Montado via e-correio (cfae.terrasdomontado@gmail.com), correio normal ou fax. Após a receção, o CFAE emitirá, num prazo de 3 dias, o respetivo recibo que será enviado, via e-correio, para o endereço indicado. A resposta será comunicada ao requerente num prazo de 10 dias.

11. Observação de aulas

A observação de aulas é obrigatória nas situações previstas no artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro. A observação de aulas a realizar pelo avaliador externo tem por referência os parâmetros nacionais e os respetivos instrumentos de registo.

12. Procedimento administrativo da observação de aulas

A observação de aulas pelos avaliadores externos é realizada num dos dois últimos anos escolares, devendo o processo de avaliação do desempenho ficar concluído até ao fim desse ano escolar e nas seguintes condições:

- a) Antes do fim de cada ciclo avaliativo para a generalidade dos docentes;
- b) No último ano escolar anterior ao fim do respetivo ciclo avaliativo, para os docentes integrados no 5.º escalão. Para os efeitos referidos, os docentes abrangidos pelo disposto no artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, apresentam o requerimento para observação de aulas à coordenadora da BAE, até ao final do 1.º período letivo do ano escolar imediatamente anterior ao da sua avaliação externa. Por mútuo acordo, avaliador e avaliado podem proceder a alterações na calendarização prevista, dando conhecimento do facto à coordenadora da BAE. Caso o avaliado não esteja presente por falta devidamente justificada e previamente comunicada ao avaliador, deve este proceder à marcação de nova data para a realização da aula a observar. A desistência da observação de aulas por parte de um docente que apresentou o requerimento previsto, determina a obtenção de uma classificação máxima de Bom no respetivo ciclo avaliativo. O requerimento de observação de aulas formaliza-se utilizando impresso próprio (Modelo ADD4), disponível no sítio da Internet do CFAE, que

depois de preenchido, validado pelo Diretor de Agrupamento de Escolas onde exerce funções, deverá ser remetido para o CFAE Terras de Montado via e-correio para cfae.terrasdomontado@gmail.com, correio normal ou fax, anexando o respetivo horário de docente. Após a receção, o CFAE emitirá, num prazo de 3 dias, o respetivo recibo que será enviado, via e-correio, para o endereço indicado.

13. Deslocações e trabalho extraordinário dos avaliadores externos

O art.º 11.º, do Despacho Normativo n.º 24/2012, regula o trabalho dos avaliadores externos relativamente à observação de aulas a efetuar no quadro da avaliação do desempenho docente. Conforme definido neste artigo, o trabalho dos avaliadores externos processa-se em regime de trabalho extraordinário, sempre que se prolongue para além do horário normal de trabalho do docente avaliador. Na sua deslocação o avaliador tem direito a ajudas de custo, nos termos da legislação aplicável. A distribuição dos avaliadores externos será organizada, sempre que possível considerando a minimização de distâncias a percorrer.

14. Apoio aos avaliadores

O Coordenador da BAE apoiará os avaliadores externos na sua ação:

- a) Promovendo reuniões de articulação e aferição de procedimentos;
- b) Promovendo, sempre que exequível, ações de formação na área da ADD/Supervisão;
- c) Criando um espaço exclusivo, na DROP BOX do CFAE, que se constituirá como uma comunidade de partilha de instrumentos e práticas dos avaliadores externos.

15. Monitorização

O Coordenador da BAE monitorizará o processo de avaliação externa do desempenho docente através de:

- a) Criação de instrumentos (inquéritos/ entrevistas) a aplicar aos intervenientes no processo;
- b) Organização de espaços de reflexão sobre o desenrolar do processo;
- c) Avaliação e divulgação dos dados relativos a essa monitorização nomeadamente em sede da Comissão Pedagógica.

Disposições transitórias para 2012-2013

A observação de aulas não é prejudicada pela vigência de disposições legais que temporariamente impeçam a progressão na carreira. No ano escolar de 2012-2013, consideram-se os seguintes períodos e momentos:



- a) **Até final do 1.º período letivo**, apresentação dos requerimentos de observação de aulas a **realizar no próprio ano escolar**;
- b) **Até ao final do mês de janeiro de 2013**, conclusão e divulgação da seleção e distribuição dos avaliadores externos, bem como a calendarização da avaliação da dimensão científica e pedagógica.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 - Este Regulamento da Bolsa de Avaliadores Externos poderá ser revisto quando as circunstâncias o exigirem ou a experiência o aconselharem, cabendo ao Diretor do Centro a responsabilidade de informar as Escolas associadas das alterações que ocorrerem.
- 2 - A decisão de produzir alterações a este Regulamento Interno é da exclusiva responsabilidade da Comissão Pedagógica.
- 3 - Todas as situações omissas serão resolvidas pelo Diretor do Centro de Formação, com informação posterior à Comissão Pedagógica.

Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de
Aljustrel

Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento
Vertical de Almodôvar

Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de
Escolas de Castro Verde

Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de
Colos

Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de
Escolas de Mértola

Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento
Vertical de Ourique

Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de
Sabóia

Adenda ao Regulamento Interno do Centro de Formação de Associação de Escolas de Terras de Montado - Regulamento da Bolsa de Avaliadores Externos foi aprovado, em ____/____/____, pela Comissão Pedagógica, em reunião plenária, realizada na EB 2,3/S de Ourique

A DIRETORA DO CFAE

/Maria Luísa Figueiredo Leal/